

# O perigo de inventar uma guerra das Malvinas

A História está cheia de exemplos — quase todos eles de consequências trágicas — de governantes que, vendo que a situação interna é insustentável ou de difícil administração, se entregam à tentação de eleger um inimigo externo na esperança de unir o país em torno dele — governo — para enfrentar a ameaça externa.

Neste momento há indícios preocupantes de que o governo brasileiro pode tentar uma saída semelhante, diante das crescentes dificuldades que, inexoravelmente, estão levando o Plano Cruzado a não dar certo. Esgotados os “bodes expiatórios” que o governo elegeu internamente, em sucessivas e ameaçadoras campanhas públicas para “explicar” os resultados indesejáveis de seus próprios fracassos, de suas próprias omissões e de sua própria falta de coragem política para levar até o fim aquilo que decidiu começar, parece que o governo brasileiro se prepara para reabrir uma frente de luta contra os credores externos ou, mais precisamente, contra a comunidade financeira internacional.

Domingo passado, o ministro Dílson Funaro deu uma boa idéia do que poderá vir a ser a nova estratégia brasileira de administração de sua dívida externa. Em discurso pronunciado perante o Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, ele deixou claro que é preciso reduzir as transferências de recursos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Deixou claro, também, que o Brasil não pode ficar esperando por soluções dos desequilíbrios mundiais. Até aí estamos de acordo. As reivindicações do Brasil são razoáveis e o tom em que estão sendo apresentadas é, até aqui, sereno e civilizado.

Mas há mais do que isso: o próprio ministro Dílson Funaro já confidenciou a jornalistas mais “íntimos” que é intenção do governo tomar decisões unilaterais para evitar essa transferência de recursos. Também até aqui não haveria motivos para preocupações maiores.

As preocupações começam a se justificar quando se toma conhecimento, por meio de um jornalista que é “da copa e cozinha” do Ministério da Fazenda, de que o governo brasileiro já avaliou, inclusive, as consequências que poderiam advir desta atitude unilateral. Deste momento em diante não se está mais falando na possibilidade de recorrer — no duro jogo das negociações internacionais — a mais uma arma tática — um “endurecimento” com a parte contrária —, mas sim considerando-se seriamente a possibilidade de criar um fato consumado, cujas menores consequências seriam as que o governo previu (apreensão de aviões em aeroportos estrangeiros, retenção de cargas e de pagamentos, suspensão de créditos, etc.). As verdadeiras e dolorosas consequências seriam as consequências dessas consequências iniciais, como por exemplo o custo para uma economia tão desesperadamente necessitada de dinheiro novo dessa suspensão de créditos; a estagnação econômica e a convulsão social; o fim do sonho da democracia brasileira; a necessária reformulação de alianças internacionais e o alinhamento com “o outro lado”, e assim por diante...

Assim, as perguntas que se deve fazer são: tudo isso é realmente necessário e inevitável para que o Brasil cumpra o mais rápida e o menos dolorosamente possível o seu destino histórico? O que estamos arriscando vale o que pretendemos conseguir? Existe mesmo um “inimigo irreduzível” do outro lado desta mesa de negociações? Todos os argumentos “pacíficos” estão mesmo esgotados? E afinal, o que está por trás destas idéias todas que andam marombando em algumas cabeças planaltinas: o verdadeiro interesse nacional de longo prazo ou o interesse imediato de alguns governantes que não querem aceitar nem o fardo de adotar as medidas mais dolorosas que eles próprios incluíram em seu plano de salvação da economia nacional como imprescindíveis para o seu sucesso, nem aceitar a responsabilidade pelas consequências de sua falta de coragem?

Uma rápida olhada no cenário internacional nos indicará a resposta certa.

Existe uma outra via — a via racional — que é a que sugere este cenário. Está claro, por exemplo, que a Casa Branca está seriamente preocupada com as proporções do seu próprio déficit (o que, infelizmente, não parece acontecer com o Palácio da Alvorada) e que não vem conseguindo dos seus parceiros europeus e do Japão nenhum acordo para resolver as atuais distorções financeiras internacionais. Alemanha, Inglaterra, França e Japão recusam-se a elevar suas próprias taxas de juros, como querem os Estados Unidos, e insistem em que os Estados Unidos reduzam o seu déficit unilateralmente.

Paralelamente, lá dentro mesmo dos Estados Unidos, cresce, diante desta constatação, a convicção de que o problema do déficit comercial norte-americano não terá solução a partir de arranjos com parceiros como Alemanha e Japão, mas apenas a partir do momento em que for resolvido o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina. Sintomaticamente, um relatório elaborado pelo Comitê Econômico Conjunto do Congresso dos EUA chega à conclusão de que a causa do déficit comercial não é a falta de reciprocidade dos países ricos mas a redução das importações dos países em desenvolvimento, particularmente da América Latina, em consequência do estrangulamento externo provocado pelo seu endividamento. Não foi essa a tese exposta por Sarney a Reagan ao pedir sua ajuda aos esforços do Brasil para conseguir reduzir os encargos da dívida? E a conclusão desse diagnóstico é muito clara: interessa vitalmente ao governo dos Estados Unidos que os países devedores voltem a importar produtos norte-americanos, mesmo que isso possa, num determinado momento, desagradar os banqueiros.

O governo brasileiro, naturalmente, está sabendo desta comunidade de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos e sabe também que este seria o fator — um aliado tão poderoso interessado nos mesmos fins — para ampará-lo num eventual endurecimento tático. Existem, até, indícios de que um entendimento a este respeito esteja sendo “costurado” entre Washington e Brasília, podendo-se, até, perguntar se as concessões obtidas pelos EUA do governo brasileiro na área da informática no Gatt não teriam como contrapartida um certo respaldo nessa “briga” que estaria para se iniciar contra a comunidade financeira internacional...

Agora, se for assim — e o relatório que mencionamos acima fornece o fato concreto a favor desta tese —, por que não “abrir o jogo” para a opinião pública brasileira, de modo a tranquilizá-la um pouco neste momento de tantas incertezas?

Não há nada a condenar na ênfase crescente sobre o aspecto político da questão da dívida externa. Nós estivemos entre os primeiros que alertaram o governo de que a dívida externa é uma questão prioritariamente política. Nada há de errado, também, em obter melhores condições para o pagamento da dívida externa e do seu serviço, ainda que, em algum momento, seja preciso endurecer nas relações com os credores.

O que entendemos como perigoso seria criar nossa Guerra das Malvinas com os banqueiros credores do Brasil apenas para acobertar os fracassos internos na condução da política econômica. Nada justificaria o adiamento de soluções, ainda que duras e forçosamente antipáticas, para o problema do consumo excessivo e para a ampliação perigosa do déficit do setor público. (Vide editorial ao lado.)

Se não combatermos e não vencermos nosso inimigo interno — ninguém lá fora acreditou no ministro Funaro quando disse que o Plano Cruzado já deu certo —, não teremos condições de enfrentar nossos problemas na área externa que, de resto, são consequência das nossas próprias mazelas internas.